



<b>PROCESSO</b>	: 2020 09030 000024
<b>UNIDADE GESTORA</b>	: 090300 – Polícia Militar do Estado do Tocantins
<b>EXERCÍCIO FINANCEIRO</b>	: 2019
<b>ASSUNTO</b>	: Prestação de Contas Anual
<b>TIPO DE AUDITORIA</b>	: Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 055/2020/PCA/CGE**  
SGD Nº 2020 09049 001305

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO**, nos termos do inciso XII, art. 3º da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

## **1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual, do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, da Polícia Militar do Estado do Tocantins, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 9º da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2020, dentro que determina o inciso II, art. 4º do Decreto nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

## **2. DA ANÁLISE CONTÁBIL**

### **2.1 Do Responsável**

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade da contadora **Ana Nery Figueiredo Ayres** – Contadora.

b) A contadora que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 013204/O-5 T-TO, conforme certidão, às fls. 37.

## 2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis às fls. 78 a 178, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

### 2.2.1 Balanço Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo, determinou como crédito inicial para a Polícia Militar do Estado do Tocantins o valor de R\$ 541.873.882,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), sendo o valor autorizado de R\$ 561.383.651,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício, conforme demonstrado no Anexo 11, às fls. 82 a 88.

#### 2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve arrecadação no valor de R\$ 5.826.352,17 (cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos), referente à remuneração de depósitos bancários, transferências de instituições privadas, multas previstas em legislação específica, outras restituições e outras transferências de convênio da União, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 80.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível baixo de execução, com percentual médio de 30,28 %, bem abaixo do previsto, tendo sido emitido justificativa por meio de Nota Explicativa às fls.148 e 149 e conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	4.013.020,00	1.840.708,78	45,87
Receitas de capital	15.229.463,00	3.985.643,39	26,17
<b>TOTAL</b>	<b>19.242.483,00</b>	<b>5.826.352,17</b>	<b>30,28</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 (sem fonte por UG)

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 – Recursos Ordinários	0,00	7.974,81	0,00
223 – Convênios Privados	270.000,00	265.991,10	98,52
225 – Convênios Federais	16.252.483,00	4.010.623,84	24,68
227 – Convênio DETRAN/PM	2.720.000,00	1.541.762,42	56,68
<b>TOTAL</b>	<b>19.242,483,00</b>	<b>5.826.352,17</b>	<b>30,28</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 por UG (fonte)

### 2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 97,28%, conforme quadros a seguir:

<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>AUTORIZADA</b>	<b>EXECUTADA</b>	<b>%</b>
Despesas correntes	544.709.637,00	541.510.099,21	99,41
Despesas de capital	16.674.014,00	4.595.296,87	27,56
<b>TOTAL</b>	<b>561.383.651,00</b>	<b>546.105.396,08</b>	<b>97,28</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 2

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>ATUALIZADA</b>	<b>ARRECADADA</b>	<b>%</b>
100 – Recursos Ordinários	540.423.453,00	540.399.880,30	99,99
103 – Contrapartida	162.939,00	162.938,54	99,99
104 – Emendas Parlamentares	595.476,00	595.475,82	99,99
223 – Convênios Iniciativa Privados	309.800,00	258.637,50	83,49
225 – Convênios Federais	16.872.483,00	3.881.794,13	23,01
227 – Convênio DETRAN/PM	3.019.500,00	806.669,79	26,72
<b>TOTAL</b>	<b>561.383.651,00</b>	<b>546.105.396,08</b>	<b>97,28</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 11 por fonte

### 2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Anexo 2 - Comparativo das Despesas, Orçada, Autorizada e Realizada por UG, às fls. 78 e 79, o montante das despesas de exercícios anteriores realizada até 31/12/2019 foi de R\$ 104.488.119,50 (cento e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, cento e dezenove reais e cinquenta centavos), que equivale aproximadamente 19,13% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 546.105.396,08 (quinhentos e quarenta e seis milhões, cento e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e oito centavos).

O que se pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente dotada no orçamento, causam a movimentação orçamentárias para sua cobertura, impactando orçamento do exercício, prejudicando em alguns casos o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.

#### 2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial da Polícia Militar do Tocantins foi de R\$ 541.873.882,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), sendo suplementado o valor de R\$ 44.050.842,00 (quarenta e quatro milhões, cinquenta mil, oitocentos e quarenta e dois reais) e reduzido o valor de R\$ 24.541.073,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setenta e três reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 561.383.651,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais) conforme Balancete, às fls. 135 a 137.

As suplementações no orçamento inicial da Polícia Militar do Tocantins, refletem um aumento de 8,13%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2019 que é de 30% em cada esfera orçamentária fixada.

#### 2.2.1.5 Do Déficit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 94 e 95, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período apresenta déficit no valor de R\$ 540.279.043,91 (quinhentos e quarenta milhões, duzentos e setenta e nove mil, quarenta e três reais e noventa e um centavos). Considerando o saldo das Transferências Recebidas para Execução Orçamentária (Cotas), o resultado efetivo gerou um déficit efetivo de R\$ 40.004.380,57 (quarenta milhões, quatro mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), representando 7,33% da execução da despesa total, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 150, conforme quadro a baixo:

Receitas Realizada	5.826.352,17
Despesas Executadas	546.105.396,08
Déficit	-540.279.043,91
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	500.274.663,34
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	0,00
Saldo das Transferências	500.274.663,34
Déficit	-540.279.043,91
Déficit Efetivo	- 40.004.380,57

#### 2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária,

conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

### **2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios**

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 5.826.352,17 (cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 508.069.103,33 (quinhentos e oito milhões, sessenta e nove mil, cento e três reais e trinta e três centavos), os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 160.555.777,96 (cento e sessenta milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 5.465.862,24 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 546.105.396,08 (quinhentos e quarenta e seis milhões, cento e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e oito centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 14.053,37 (quatorze mil, cinquenta e três reais e trinta e sete centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 124.279.085,55 (cento e vinte e quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), restando saldo de R\$ 9.518.560,70 (nove milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta reais e setenta centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 98 a 101.

### **2.2.3 Balanço Patrimonial**

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 103 e 104, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante no montante de R\$ 409.712.476,75 (quatrocentos e nove milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 38.383.980,63 (trinta e oito milhões, trezentos e oitenta e três mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e três centavos), composto pelo Ativo Investimentos e Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante;

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, às fls. 107, demonstra um déficit financeiro de R\$ 45.172.466,04 (quarenta e cinco milhões, cento e setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quatro centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 9.518.560,70 (nove milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e



sessenta reais e setenta centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 54.691.026,74 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e um mil, vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), conforme Quadro do Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 105, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 173 .

IV) Os bens patrimoniais, móveis próprios e de terceiros e imóveis, estão registrados no imobilizado, às fls. 103 do Balanço Patrimonial, no valor total de R\$ 38.383.735,97 (trinta e oito milhões, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos), sendo R\$ 31.934.333,04 (trinta e um milhões, novecentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e quatro centavos) referente aos bens móveis, R\$ 8.116.146,54 (oito milhões, cento e dezesseis mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) referente a bens imóveis e depreciação no valor de R\$ 1.666.743,61 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e um centavos), conforme Balancete às fls. 122 e 123, havendo divergência no valores dos bens móveis com o registrado no SISPAT, às fls. 603 a 608, tendo sido emitido justificativa das diferenças apresentadas às fls.610 a 614.

V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 103, apresenta saldo no valor de R\$ 2.391.498,26 (dois milhões, trezentos e noventa e um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos), que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 1.146 a 1.149.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 103, registra saldo no valor total de R\$ 9.518.560,70 (nove milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta reais e setenta centavos), que confere com o Balancete às fls. 121.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG somados os saldos apresentados nas contas bancária e aplicações, que confere com o Balancete às fls. 121 e com a conciliação bancária às fls. 1.189 e 1.221, conforme discriminação abaixo:

R\$ 3.566.064,29 (três milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) nas contas bancárias específicas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);

R\$ 4.931.745,11 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e onze centavos) aplicações financeiras (Poupança);

R\$ 1.020.751,30 (um milhão, vinte mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta centavos) de limite de saque com vinculação de pagamento.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 104, totalizam um saldo de R\$ 455.665.761,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais), correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

### **2.2.3.1 Passivo Permanente**

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 105, um saldo no exercício atual de R\$ 406.322.209,86 (quatrocentos e seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e nove reais e oitenta e seis centavos) no Passivo Permanente.

No entanto, verifica-se ainda um valor que compõe o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário) de R\$ 406.308.520,13 (quatrocentos e seis milhões, trezentos e oito mil, quinhentos e vinte reais e treze centavos), às fls. 111, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”, este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2019, elevando a despesa executada de R\$ 546.105.396,08 (quinhentos e quarenta e seis milhões, cento e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e oito centavos) para R\$ 952.413.916,21 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e um centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa às fls. 171.

No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 344.449.583,94 (trezentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos), que comparado ao saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve um aumento desses passivos.

### **2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais**

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 550.424.210,89 (quinhentos e cinquenta milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e dez reais e oitenta e nove centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 907.564.849,30 (novecentos e sete milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e nove reais e trinta centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 357.140.638,41 (trezentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta mil, seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e um centavos), conforme demonstrado às fls.108 a 110.

### **2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 9.518.560,70 (nove milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta reais e setenta centavos), às fls. 116.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 4.052.698,46 (quatro milhões, cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 1.256.057,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e sete reais), das atividades de investimentos no valor negativo

de R\$ 1.189.001,93 (um milhão, cento e oitenta e nove mil e um reais e noventa e três centavos) e das atividades de financiamento no valor de R\$ 3.985.643,39 (três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos), que somado do Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 5.465.862,24 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos) resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 9.518.560,70 (nove milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta reais e setenta centavos).

## **2.2.6 Restos a Pagar**

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 39.317.234,47 (trinta e nove milhões, trezentos e dezessete mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos), deste montante, R\$ 33.905.089,06 (trinta e três milhões, novecentos e cinco mil, oitenta e nove reais e seis centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 5.412.145,41 (cinco milhões, quatrocentos e doze mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 98.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores no valor de R\$ 2.062.677,09 (dois milhões, sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e nove centavos), demonstrado às fls. 96, do qual foi liquidado R\$ 1.645.502,11 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dois reais e onze centavos), pago R\$ 1.645.405,28 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e vinte e oito centavos) e cancelado R\$ 366.588,96 (trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos), restando ainda um saldo de R\$ 50.682,85 (cinquenta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 155 e 158.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 97, foi pago R\$ 1.400.145,78 (um milhão, quatrocentos mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos) e cancelado R\$ 16.719,18 (dezesseis mil, setecentos e dezenove reais e dezoito centavos), restando um saldo de R\$ 15.267.626,37 (quinze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos), informado em nota explicativa às fls. 152 e 158.

## **3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

O Relatório de Gestão, às fls. 38 a 73, consoante disposições do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Polícia Militar do Estado do Tocantins, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.343/2019 bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.344/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestre do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

### 3.1 Objetivos e Metas Estabelecidos no PPA

#### 3.1.1 Objetivos

No relatório de gestão demonstra que as atribuições da Polícia Militar do Estado do Tocantins, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 01 (um) objetivo, às fls. 51, definido no Programa Temático 1160 – Segurança Cidadã.

#### 3.1.2 Metas Regionalizadas

Para o *Objetivo 0223 - Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade*, foi estabelecida 01 (uma) meta regionalizada, sendo que essa meta superou a execução planejada para o período do PPA 2016/2019, conforme quadro abaixo e nos demonstrativos às fls. 53.

#### Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta		Metas do Objetivo (2016 - 2019)			Execução	
Código	Descrição	Região	Medida	Prevista	2019	%
<b>Programa 1160 - Segurança Cidadã</b>						
<b>Objetivo – 0223 - Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade.</b>						
4729	Reduzir de 1.053 ocorrências para 1.016 ocorrências por 100.000 habitantes, no período de 4 anos do PPA, crimes contra o patrimônio em todo o Estado.	Estadual	un	1.016	452	224,77

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

#### 3.1.3 Metas Não Regionalizadas

Para o *Objetivo 0223 - Preservar a ordem pública por meio de ações destinadas à reestruturação da Polícia Militar, visando reduzir o índice de criminalidade*, foi estabelecido 01 (uma) meta não regionalizadas, com execução integral da sua previsão, conforme análise e justificativas nos demonstrativos às fls. 52.

### 3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 01 (um) indicador, sendo o índice alcançado considerado satisfatório, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 50.

### 3.3 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Sistema de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SiafeTO, durante o exercício de 2019, houveram 07 (sete) ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1160 – Segurança Cidadã, as quais representaram um orçamento autorizado de R\$ 19.068.494,00 (dezenove milhões, sessenta e oito mil e quatrocentos e noventa e quatro reais), conforme detalhadas no quadro abaixo:

#### Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Metas Físicas			
Ação	Orçamento Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução %
<b>Programa 1160 – Segurança Cidadã</b>											
1057	4.179.415	-1.970.955	2.208.460	623.793,10	3.361,30	28,24	0,15	Unidade estruturada.	4	0	0
2006	4.961.528	971.200	5.932.728	0,00	0,00	0,00	0,00	Veículos adquiridos.	30	0	0
2021	5.000	-5.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Policial militar atendido.	800	40.998	5.124,75
2029	940.000	-488.325	451.675	95.786	37.786	21,20	8,36	Curso realizado.	5	32	640
2089	350.000	-350.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Público Atendido.	35.000	27.989	79,96
2092	6.150.000	-1.164.323	4.985.677	1.224.492,08	1.224.492,08	24,56	24,56	Unidade modernizada.	100	250	250
2350	2.055.960	3.433.994	5.489.954	4.317.776,11	523.500	78,64	9,53	Equipamentos Adquiridos.	1.200	2.943	245,25
<b>Total Geral</b>	<b>18.641.903</b>	<b>426.591</b>	<b>19.068.494</b>	<b>6.261.847,29</b>	<b>1.789.139,38</b>	<b>32,83</b>	<b>9,38</b>				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Depreende-se da análise que a Polícia Militar do Estado do Tocantins apresentou, de forma geral, um baixo desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado apenas 32,83% dos recursos autorizados para as ações temáticas.

c) Na ação 1057 foi constatado execução financeira de 28,24%, porém não houve execução da meta física planejada, conforme os esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação nos demonstrativos às fls. 54.

d) Especificamente na ação 2006, não houve execução financeira, nem execução da meta física, não sendo apresentado esclarecimentos pelo responsável da ação conforme demonstrativos, às fls. 56.

e) Em relação a ação 2021, foi reduzido todo seu orçamento inicial, contudo a execução da meta física superou ao planejado, sendo os esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação no demonstrativo, às fls. 58.

f) Quanto as ações 2029, 2092 e 2350 observou-se um desempenho orçamentário e financeiro de 21,20%, 24,56% e 78,64%, respectivamente, entretanto as ações alcançaram mais de 100% de execução da meta física planejada, tendo sido os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis das ações, conforme demonstrativos às fls. 60, 64 e 66.

g) Constata-se que a ação 2089, foi reduzido todo seu orçamento inicial, contudo a execução da meta física planejada foi de 79,96%, sendo os esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação no demonstrativo, às fls. 62.

### 3.4 Ações de Gestão

A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, como total de 05 (cinco) ações de gestão financeira, representaram um orçamento autorizado de R\$ 542.315.157,00 (quinhentos e quarenta e dois milhões, trezentos e quinze mil e cento e cinquenta e sete reais) demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,54 de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls.68 a 73.

#### Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)
<b>Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo</b>								
2204	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.	12.188.520,00	-2.092.900,00	10.095.620,00	8.035.490,27	7.914.609,00	79,59	78,39
2302	Manutenção dos Recursos Humanos.	481.876.993,00	25.186.005,00	507.062.998,00	507.056.211,36	506.991.541,55	99,99	99,98
6026	Indenização aos Policiais Militares relativa ao Mandado de Segurança nº 698/93.	5.000.000,00	-524.787,00	4.475.213,00	4.475.212,58	4.475.212,58	99,99	99,99
2278	Manutenção de Serviços de Transporte.	19.237.084,00	442.339,00	19.679.423,00	19.312.645,09	18.739.363,51	98,13	95,22
2306	Manutenção dos Serviços de Informática.	4.929.382,00	-3.927.479,00	1.001.903,00	963.989,49	783.384,65	96,21	78,18
<b>Total Geral</b>		<b>523.231.979,00</b>	<b>19.083.178,00</b>	<b>542.315.157,00</b>	<b>539.843.548,79</b>	<b>538.904.111,29</b>	<b>99,54</b>	<b>99,37</b>

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

### 4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne a Polícia Militar do Estado do Tocantins, houve recebimento de outras transferências de convênios da União, no exercício de 2019, na ordem de R\$ 3.918.393,39 de (três milhões, novecentos e dezoito mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), conforme demonstrado no anexo 10, às fls. 81, Não havendo recursos concedidos aos municípios e a entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, às fls. 78 e 79.

### 5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Polícia Militar do Estado do Tocantins, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa CGE nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria,



foram analisados 05 (cinco) processos, sendo 03 (três) concernentes à adesão em ata de registro de preços, 02 (dois) de inexigibilidade de licitação, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

## 6. AUDITORIAS E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 foi realizada 01 (uma) auditoria na Polícia Militar do Estado do Tocantins, tendo sido encaminhado a esta Corte de Contas a integra dos processos e relatórios, conforme protocolos abaixo relacionados:

ORD.	TIPO	ÓRGÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTO
01	Auditoria Interna Contábil	Polícia Militar do Estado do Tocantins	Apuração da real dívida da Polícia Militar do Estado do Tocantins, conforme disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/ TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	e-Contas – TCE – TO 8BF8BBA6A027D22 PROTOCOLO: 01225/2020 DATA: 10/02/2020

## 7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade na Polícia Militar do Estado do Tocantins no exercício em análise, conforme declarado às fls. 1244.

## 8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho foi informado pela Entidade, como demonstrado, às fls. 1.235 a 1.242, um quantitativo de 3.407 (três mil quatrocentos e sete) servidores, sendo 3.199 (três mil cento e noventa e nove) servidores efetivos, 09 (nove) comissionados, 20 (vinte) efetivos comissionados, 84 (oitenta e quatro) efetivos com função de confiança, 78 (setenta e oito) contratos temporários, 01 (um) requisitado, 01 (um) requisitado com função comissionada, 06 (seis) pensão especial e 09 (nove) desligados, conforme folha de pagamento do mês de dezembro de 2019.



b) Quanto aos quantitativos de admitidos no exercício de 2018, às fls. 1.239 a 1.242, foi informado que houve admissão de 102 (cento e dois), sendo todos por meio de contratos temporários.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Jaizon Veras Barbosa, Márcio Antônio Barbosa de Mendonça e outros** relacionados neste processo, às fls. 05 e 06, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.1, 2.2.1.3, 2.2.1.5, 2.2.3 alínea “b” I, III e IV, 2.2.3.1, 2.2.4, 2.2.6 alíneas “a”, “b” e “c”, 3.3 alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”** deste relatório.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO**, em Palmas, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente

**Regiane Sousa Chaves**  
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

**Jalles Martins Parente**  
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

**Rosiane Xavier Lopes Vasconcelos**  
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

**Valterly Silva Passos**  
Gerente de Auditoria em Políticas  
Sociais e Segurança Pública

Assinado eletronicamente

**Eva Moreira Martins Santos**  
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

**Kilvania Rodrigues de Melo Miranda**  
Diretora de Controle da Gestão  
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente Parecer de Auditoria.

Em 28/02/2020.

Assinado eletronicamente

**Benedito Martiniano da Costa Neto**  
Superintendente